



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



PARECER JURÍDICO Nº 94/2017

Processo nº 446909/17	
Auto de Infração nº 022563/2016	Data: 17/05/2016
Boletim de Ocorrência nº M2776-2016-6274038	Data: 17/05/2016
Infração: Art. 83 do Decreto 44.844/2008	Defesa: SIM

Autuado(a): José Carlos de Oliveira	
CPF: 656.129.816-00	Município da infração: Taiobeiras/MG

Código da Infração	Descrição
117	Funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.

01. Relatório

Na data de 03/05/2016, após denúncia, foi realizada, pela Polícia Militar, fiscalização no empreendimento do autuado, conforme descreve o boletim de ocorrência nº M2776-2016-6274038, e, na oportunidade, foi lavrado o auto de infração nº 022563/2016, pela verificação da seguinte violação:

Funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental competente, se constatando a existência de poluição ou degradação.

A infração foi enquadrada no código 117, do anexo I, do Decreto 44.844/2008, sendo aplicada a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesesseis reais e vinte e sete centavos).

02. Notificação e defesa – juízo de admissibilidade

O autuado tomou ciência da lavratura do auto de infração em seu desfavor em 17/05/2016 e apresentou defesa administrativa, tempestivamente, em 06/06/2016, contendo os elementos formais obrigatórios previstos no Decreto 44844/08.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



Assim, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade da defesa pode-se prosseguir à análise do mérito, confrontando as teses defensivas com as conclusões exaradas no auto de infração nº 022563/2016, na forma dos tópicos seguintes.

03. Verificação da regularidade formal do Auto de Infração nº 022563/2016

A análise do Auto de Infração revela que o mesmo foi lavrado com todos os elementos essenciais, em estrita observância ao que determina o artigo 31, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

04. Dos fundamentos da defesa

No que tange à defesa apresentada, o autuado alega, em síntese:

- Que possui Guia de Utilização expedida pelo DNPM, com validade até 08/12/2014;
- Que possui AAF, com vencimento em 08/12/2014;
- Que possui outorga de direito de uso de águas públicas estaduais, com vencimento em 17/02/2017;
- Que possui DAIA, com validade até 28/02/2017;
- Que solicitou renovação de Guia de Utilização, perante o DNPM;
- Que as atividades estão paralisadas desde 08/12/2014;
- Que há contradição entre o que descreve o auto de infração e o boletim de ocorrência.

Ao final, requer o cancelamento do auto de infração e solicita vistoria técnica para comprovação dos fatos.

05. Análise dos fundamentos da defesa administrativa

Em sua defesa, o autuado contesta a autoria e materialidade da infração verificada pelos policiais militares, alegando que possui todas as licenças e autorizações para a operação de seu empreendimento, mas, diante do vencimento da validade de algumas delas, em 2014, paralisou suas atividades desde 08 de dezembro daquele ano.

Embora não haja, nos autos, nenhuma cópia da documentação que o autuado alega possuir, é possível verificar que, no boletim de ocorrência que acompanha o auto de infração, está consignado que o autuado, quando do comparecimento no Quartel da Polícia Militar do Meio Ambiente, apresentou, perante a autoridade policial: "(...) AAF (Autorização Ambiental de Funcionamento) de nº 04306/2010, registro: 822146/2010, vencida na data de 08/12/2014 (...); Guia de Utilização do DNPM em nome de Edmar Brito Teixeira, Guia de Utilização 175/2011, Processo do DNPM nº 833.870/2007 para extração de areia, com vencimento na data de 08/12/2014, acompanhado de processo de renovação de guia de utilização REF



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



Processo DNPM 833.870/2007. (...) DAIA – Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental, com data de vigência até 28/02/2017.” Dessa forma, diante da presunção de legitimidade e veracidade de que gozam os documentos públicos lavrados por servidor devidamente credenciado, no exercício do Poder de Polícia do Estado, serão reputados como existentes os documentos mencionados no boletim de ocorrência, e somente estes, para fins das ponderações que se seguirão na presente análise.

O autuado aduz que a documentação que autoriza o funcionamento de seu empreendimento venceu em 2014 e, desde então, encontra-se com suas atividades paralisadas, juntando à defesa algumas fotografias que demonstrariam as condições de paralisação do empreendimento. Ocorre que tal conjunto probatório, da forma como se apresenta nos autos, é extremamente frágil, tanto porque não há como comprovar, inequivocamente, que se trata do local onde foi constatada a infração, quanto porque não comprova que as atividades estejam, realmente, todas paralisadas, haja vista que as fotografias fornecem, apenas, uma visão parcial do local de onde foram tiradas, nem, muito menos, quando houve a paralisação, de tal forma que, confrontando-as com o que descreve o boletim de ocorrência, onde está consignado que foi constatada a extração de areia com uso de draga, não é plausível que se conclua de maneira diferente apenas pela visualização de tais fotografias.

Ainda neste contexto, o autuado menciona sobre a intransitabilidade da estrada de acesso à área de extração, sendo necessário aos policiais acessarem o local pela área do vizinho, como mais um argumento de que o empreendimento estava paralisado há tempos, porém não há, nos autos, qualquer elemento que comprove tal alegação.

Também não merece prosperar o argumento de que existe contradição entre o boletim de ocorrência e o auto de infração, pois está claramente registrado que no momento da fiscalização não havia atividade, o que não implica dizer, necessariamente, que as atividades estavam paralisadas.

Quanto à solicitação de vistoria técnica, entende-se descabida para o caso, uma vez que a Polícia Militar Ambiental, sendo legalmente reconhecida como órgão do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), possui a capacidade técnica necessária para, através de seus membros, atestar a ocorrência das infrações ambientais, dispensando, dessa forma, o aval de outro órgão ambiental.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



Assim, por todo o exposto, conclui-se que os argumentos apresentados pela defesa não são suficientes para gerar a anulação do auto de infração.

06. Conclusão

A título de conclusão, diante do que foi apresentado, opina-se pela improcedência das teses sustentadas pela defesa, para ratificar a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesesseis reais e vinte e sete centavos), a ser devidamente atualizado, bem como manter a suspensão das atividades, até a regularização perante o órgão ambiental competente.

Finda a instrução, o processo deve ser encaminhado ao Superintendente Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas para decisão, conforme art. 54 Parágrafo único, inciso II do Decreto 47.042/2016. Após, retornem os autos a este Núcleo de Autos de Infração - NAI para a competente elaboração do DAE, intimando-se o interessado para o seu pagamento ou a apresentação de recurso no prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá ser dirigido ao COPAM conforme previsto no art. 43 do Decreto 44.844/08 sob pena de sua inscrição imediata do crédito em Dívida Ativa do Estado.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Montes Claros, 15 de setembro 2017.

Gestor Ambiental/ Jurídico Responsável pelo parecer jurídico	MA SP	Assinatura
Carlos Frederico Bastos Queiroz	1403685-9	

Carlos Frederico Bastos Queiroz
Gestor Ambiental - Jurídico
NII NORTE - MONTES CLAROS - MG
MA SP 1403685-9 - OAB/MG 95.501